

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

TC-004627.989.19-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA, por seu Prefeito Municipal – Sr. Hugo César Lourenço, já qualificado, nos autos das contas anuais, exercício econômico financeiro de 2019, nos estritos termos do relatório extraído dos autos supra mencionado, proferido pelo Agente de Fiscalização Financeira - TCESP, tendo sido notificado do r. despacho de V.Exa., na guarda do prazo legal, vem mui respeitosamente apresentar sua defesa e justificativas, consoante segue em apartado.

Trata-se das contas relativas ao exercício financeiro de 2019, apresentadas em facedo artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 709/93 e resultantes da inspeção “*in loco*” realizada no Município de Rifaina, em atendimento ao que dispõe o artigo 24, parágrafo 1º. da norma supramencionada, apresentados em itens próprios do relatório de auditoria, cujo exame foi realizado pelo agente de fiscalização financeira do TCESP - Unidade Regional de Ituverava - U.R – 17.

Preliminarmente, cumpre salientar, que encontram-se em boa ordem os tópicos essenciais. Senão vejamos:

- Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentária,, estabeleceram programas de governo, custos estimados e metas físicas, cumprindo os requisitos obrigatórios previstos no art. 165, e 1º. e 2º. da Constituição Federal e arts. 2º. a 8º. da Lei Federal n.º 4.320/64 e arts. 4º. e 5º. da Lei Complementar no. 101/00; - Sistema de Controle Interno devidamente regulamentado, com apresentação regular dos relatórios periódicos, por servidor efetivo devidamente designado para exercer a função de controlador; - Regularidade da Execução Orçamentária, sendo constatado a regularidade dos lançamentos, cobranças, registros das receitas municipais; - Fiscalização das Receitas: regularidade nos lançamentos, cobranças e registros; - Inexistência de renúncia de receitas, estando a municipalidade procedendo o recebimento tanto amigável como judicial de seus créditos tributários inscritos em dívida ativa, demonstrando a preocupação da Prefeitura Municipal com essa fonte de recursos; A despesa Total com Pessoal encontrou-se dentro do limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, encerrando o exercício de 2019 com índice de 39,49%; - As Despesas com Ensino receberam aplicação de 26,15% das receitas provenientes de impostos, atingindo o mínimo exigido pelo art. 212 da Constituição Federal, bem como atendimento ao art. 60, inciso XII do ADCT, bem como com aplicação regular na manutenção de desenvolvimento do Ensino Fundamental em cumprimento integral ao disposto no art. 21 da Lei 11.494/2007, com a utilização no exercício em exame de todo o recurso recebido pelo Fundeb, não sendo apurada nenhuma irregularidade nas aplicações vinculadas a esse, nem tão pouco, restos a pagar em 31.12.2019; Existência de legislação municipal dispondo sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério; do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, de conformidade com a Lei 11.494/2007; As Despesas com Saúde receberam aplicação de 25,50% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e seu e 3º. da Constituição Federal, cumprindo assim o que dispõe o § 1º. do artigo 77 dos ADCT;- O Fundo Municipal de Saúde realizou movimentações de todos os seus recursos mediante contas bancárias específicas; Aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde; A composição do Conselho Municipal de Saúde obedece a Resolução 333/03 do CNS; Cumprimento das disposições do artigo 320 da Lei Federal n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e regular recolhimento ao FUNSET, correspondente 5% das multas arrecadadas.- Regularidade na aplicação das receitas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, aplicadas de conformidade com os artigos 1º - A e 1º. -B da Lei 10.336, de 2001, não restando saldo na conta vinculada;- Regularidade na aplicação dos Royalties provenientes dos recursos hídricos, nos moldes previstos no artigo 8º da Lei Federal 7.990/89, e do artigo 24 do Decreto Federal n.º 1/91; Cumprimento ao disposto no e 1º. do artigo 100 da Constituição Federal e posição jurisprudencial desta Corte, tendo o Município de Rifaina procedido os pagamentos dos valores relativos aos precatórios judiciais,, bem como os das requisições de pagamentos de pequeno valor incidentes no exercício, não havendo dívidas judiciais a serem registradas no Balanço Patrimonial;- Recolhimentos regulares e em ordem dos encargos sociais (INSS, FGTS, PASEP), não possuindo o Município de Rifaina

regime previdenciário próprios, dispondo o Município de Rifaina com Certificado de Regularidade Previdenciária; Os Agentes Políticos receberam suas remunerações em consonância com os valores fixados pela legislação municipal, sendo atestada a sua regularidade e inexistência de pagamento a maior, bem como apresentadas as declarações de bens, nos termos da Lei Federal n.º 8.429/92;- Regularidade das despesas, Licitações e Contratos, não sendo verificada nenhuma falha de instrução formal envolvendo processos licitatórios, bem como os de dispensa e inexigibilidade; Correta adequação da Tesouraria e Bens Patrimoniais; Os repasses e transferências à Câmara Municipal obedeceram ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal; Regularidade da ordem cronológica de pagamento; Boa ordem formal dos livros e registros, bem como sendo atestado a ausência de denúncias, representações ou expedientes; Transparência na Gestão Pública, Observância dos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente no que se refere a: Despesas com Pessoal – 39,49%; realização de audiências públicas para debater as metas fiscais (art. 9.º e 4.º); Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA (art. 48); Publicação e divulgação do RGF (art. 55, e 2.º e 63, II, “b” da LRF); Divulgação dos Tributos Arrecadados (art. 162. CF); Encaminhamento das informações das Contas Municipais ao Poder Executivo da União –STN (art. 51, e 1.º, I LRF); Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (art. 52); Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (art. 55 e 63); Cumprimento ao art. 112 da LRF, da Lei 4.320/64 e art. 51 da LRF; Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação (art. 256 C.E); Realização de audiências públicas trimestrais da Saúde (art. 12 da Lei 8.689/93; Publicação dos valores dos subsídios e remunerações dos cargos e empregos públicos (art. 39, e 6.º da CF). Ausência de Denúncias/Representações/Expedientes.

De outro lado, no que diz respeito aos apontamentos constantes do relatório de auditoria na conclusão de seus trabalhos, cumpre apresentar, item à item, as justificativas cabíveis e necessárias, conforme segue:

PRELIMINARMENTE – IEG-M

Antes porém de adentrarmos nas justificativas dos apontamentos relatados propriamente dito e tendo em vista que o E. TCE/SP, erigiu novo modelo de fiscalização, visando a modernização do controle externo, ampliando o atual modelo e inserindo nos relatórios das contas anuais o IEG-M (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), como foco no aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais.

Nesse sentido, importante destacar que o IEG-M tem como escopo traçar indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão municipal, buscando a modernização da administração pública.

Esse novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, trará com certeza uma melhoria significativa na administração pública, posto que os indicadores e métricas que o IEG-M retratará anualmente, possibilitará ao gestor público efetivar mudanças significativas na qualidade dos serviços públicos e a vida da pessoas.

Neste diapasão, não podemos entretanto, deixar de considerar a estrutura e dificuldades encontradas pelos pequenos municípios para as adequações que se fizerem necessárias desse novo e moderno modelo de fiscalização.

Frisa-se ainda, que quando do preenchimento do questionário de avaliação do IEG-M, disponibilizado no site deste E. Tribunal, alguns itens foram respondidos equivocadamente pelos servidores responsáveis, o que ensejou a redução do índice em comparação ao ano exercício anterior, consoante restará devidamente justificado nos tópicos específicos a seguir.

De outro lado, tão logo o Executivo Municipal teve ciência dos apontamentos contido no relatório de fiscalização das contas do exercício de 2019, agendou e realizou reunião de trabalho com todos os secretários municipais, visando as devidas correções e aperfeiçoamento do IEG-M do Município de Rifaina, com vista a efetiva melhoria na classificação.

Feitas essas considerações passaremos agora a apresentar as justificativas que seguem:

(A.2) – IEG-M – I PLANEJAMENTO

O Município de Rifaina, atendeu os requisitos obrigatórios no planejamento da gestão pública, previstos no art. 165 §§ 1º. e 2º. da Constituição Federal, arts. 2º a 8º. da Lei Federal n.º 4.320/64 e arts. 4º. a 5º. da Lei Complementar no 181, & 1º. da Constituição Federal, editando o PPA, LDO e LOA de acordo com os mandamentos estabelecidos na legislação de regência.

Entretanto, no quesito IEG-M, teve seu índice atribuído em “C”, posto que consoante apontamentos: não houve levantamentos formais dos problemas e deficiências do Município antecedentes ao planejamento; A LOA e LDO preveem abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (25%). O servidor responsável pela contabilidade não é servidor efetivo.

Pois bem, no tocante a esse tópico cumpre ressaltar que a elaboração dos projetos e metas do PPA, LDO e LOA são efetivadas com a participação de todas as Secretarias Municipais, sobre a responsabilidade e comando do setor contábil e financeiro, não sem antes, merecer competente estudos das reais necessidades administrativas precedidas de audiências públicas, com participação popular.

De outro lado, a Prefeitura Municipal de Rifaina, realizou concurso público para o cargo de contador, já devidamente provido e regularizado a questão, consoante se infere dos documentos que ora se anexa. Finalmente, a questão atinente as alterações orçamentárias, serão objeto de justificativas conjuntamente no próximo tópico.

(B.1.1) – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício em exame, a Prefeitura Municipal de Rifaina, promoveu a abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e transposição, no valor de R\$ 8.047.560,56, devidamente amparadas por legislação específica (LOA).

Importante frisar, que a abertura dos créditos adicionais, deram-se em sua grande parte, para atendimento a termos de convênios firmados entre o Município de Rifaina e a União e o Estado de São Paulo, os quais foram conseguidos no decorrer do exercício econômico financeiro, por evidente imprevisíveis por ocasião da elaboração da LOA, bem como a realização de ajustes entre fontes de recursos e código de aplicações (docs. anexo).

Frisa-se ainda, que inobstante a abertura de referidos créditos adicionais, que foram suportados por recursos de convênios, não se verificou no exercício em análise déficit financeiro, ao revés, tendo ao final do exercício de 2019, verificado um superávit financeiro da ordem de R\$ 1.178.634,93 (quadro de fls. 06) a demonstrar o equilíbrio financeiro e efetivo planejamento, pelo que requer seja relevado.

C.1 – APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL NO ENSINO e C.2 – IEG – I EDUCAÇÃO

Consoante relatado pela auditoria o Município de Rifaina, no exercício em exame, atendeu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, aplicando 26,15% de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (quadro de fls. 11); atendeu ainda o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT, dispendendo 60% do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica; e utilizou todo o recurso do FUNDEB recebido, cumprindo deste modo o artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/2007.

De outro lado, a demanda de vagas não atingidas no nível do Ensino Infantil (Creche) encontra-se em fase de adequação, tendo o Município de Rifaina já nesse exercício (2020) procedido o aumento de 150 (cento e cinquenta) vagas na creche, consoante salientou a própria auditoria em seu relatório.

Esclarecefinalmente que os estabelecimentos que oferecem as anos iniciais do Ensino Fundamental possuem Projeto Político Pedagógico atualizado (docs.anexo).

(D.2) IEG – M – I-SAÚDE

Obteve no tocante ao IEG-M I - Saúde o índice “B”, bem como tendo aplicado no exercício em exame o percentual de 25,50% em serviços de saúde, cumprindo desta forma a determinação do art. 77, III c/c parágrafo 4º. do ADCT.

De outro lado, consoante se depreende dos documentos que ora se anexa, todos os estabelecimentos físicos do setor de saúde, conta com AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), os quais contam com prazo de validade de 05 (cinco) anos, razão do equívoco perpetrado quando do preenchimento do questionário, pelo que requer seja relevado.

E.1. IEG-M – I AMB

No tocante ao IEG.M – IAMB, expresso na faixa de resultado i-Ambiental, de fato a legislação que instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Rifaina, não estabeleceu o cronograma de metas a serem cumpridas, o que ensejará a devida retificação dos mesmos, sendo determinado a Secretaria de Meio Ambiente promova as devidas correções, de modo a auxiliar no gerenciamento e controle das etapas e atividades a serem cumpridas.

De outro lado, com relação a existência de legislação regulamentando a queimada urbana, equivocou-se o zeloso auditor, posto que de fato o art. 138 e ss. da Lei Complementar Municipal n.º 02/09 (Código de Postura do Município de Rifaina) proíbe a queimada. (docs. anexo).

F.1. IEG – M – I- CIDADE

No que diz respeito a esse quesito, conforme relatado não foi constatado nenhuma ocorrência.

G.1.1. ACESSO A INFORMAÇÃO E LEI DE TRANSPARENCIA FISCAL

Conforme relatado verificou a auditoria que a Prefeitura Municipal de Rifaina, em seu site oficial e Portal da Transparência tem divulgado a sua execução orçamentária e financeira, bem como as informações acerca de licitações, contratos, repasses ao terceiro setor, remuneração de servidores e leis orçamentárias, bem como campo de busca de texto e ferramenta de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência e possibilidade de gravação de relatório em diversos formatos eletrônicos de modo a facilitar a análise das informações.

Quanto ao apontamento relativo a disponibilização dos pareceres prévios emitidos por esse Tribunal de Contas, os mesmos encontram-se devidamente inseridos e disponibilizados no site portal da transparência (www.rifaina.sp.gov.br), em completo atendimento ao disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IEG-M –I-GOV TI

No tocante ao quesito I Gov TI, na área de tecnologia e informação, a administração igualmente tem buscado o seu aprimoramento, tendo para tanto procedido a criação e regulamentação do acesso ao serviço de informação e do SIC, por meio físico e eletrônico, disponibilização em tempo real da execução orçamentária e financeira, dentre outros já mencionados.

De outro lado, encontra-se em andamento estudos visando a implantação do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e da Política de Segurança, formalmente instituída, que tão logo concluída será encaminhada ao legislativo municipal para sua apreciação e posterior conversão em Lei Municipal, pelo que requer seja relevado o apontamento.

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DE METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAISES MEMBROS DA ONU – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A Prefeitura Municipal de Rifaina está promovendo as devidas correções para o aperfeiçoamento de seus índices, visando o atingimento das metas propostas pela agenda 2030 entre países-membros da ONU.

(H.2) ATENDIMENTO A LEI ORGANICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Por fim, consoante relatado, o Município de Rifaina tem dado completo atendimento a Lei Orgânica e Instruções expedidas por esse E. Tribunal de Contas, bem como de suas recomendações, consoante se demonstrou nas presentes justificativas, estando promovendo o permanente aprimoramento de seus índices, encontrando-se esclarecido nos tópicos específicos da presente defesa as questões atinentes as alterações orçamentárias, divulgação dos Pareceres Prévios na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Rifaina e a regularidade dos AVCB dos estabelecimentos de saúde.

Ante ao exposto, na forma da fundamentação supra, requer seja esta recebida e considerada, conseqüentemente justificadas as ressalvas mencionadas, para o fim de **aprovação das contas apresentadas** pelo Executivo Municipal de Rifaina, **relativos ao exercício econômico-financeiro de 2019**, por ser medida de Direito e Justiça.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rifaina, 08 de novembro de 2020.

Alessandra Carlos
O.A.B/SP